

PERSONALISMO POLÍTICO NOS ANOS CINQUENTA

Evandir Codato

1. Introdução.

A década de cinquenta revela-se em seus bastidores como astuta promotora de conflitos, disputas de interesses, desentendimentos, enfim. Entre os vários registros da história, um deles é o jogo de poder. Este artigo trata dessa questão.

A política brasileira nos anos cinquenta tem entre seus personagens a figura do político personalista que se destaca, quando se fala em representação, visto que a convivência política se faz com a presença de partidos substancialmente fracos. Procura-se, portanto, entender os limites ou até relações entre institucionalização da participação política e as características do personalismo.

Ainda há muito para ser descrito sobre a cultura política desse período. Da mesma forma, a tipificação de atos políticos poderá esclarecer mais sobre as formas de poder que representam diferentes interesses sociais. É nessa direção que o uso da Mensagem de Governo à Assembléia Legislativa procura resgatar sinais e características personalistas sem deter-se na análise, por exemplo, de uma ação política importante naquele momento. Os sinais e características personalistas indicam os limites da institucionalização da participação política, o que, identifica ou até esclarece o que se tem entendido por cultura política do período. Ainda em busca da tipificação de atos políticos, o registro dos matutinos curitibanos forneceu importante acervo de fatos e evidências de cunho histórico. No registro dos fatos há que se destacar pelo menos duas situações, aquela em que a notícia é constantemente citada porque permanece no cotidiano e outra que identifica o jornalista com algu-

mas concepções de ofício, como as de cultivar a dúvida e questionar verdades que se apresentam como absolutas.

Também há muito para ser analisado quando se faz referência às formas de institucionalização da participação política. Afinal, há diferentes expectativas sociais e diferentes interesses de grupos de poder. É possível estabelecer alguma relação entre institucionalização da participação política em nível regional com o personalismo? Weffort¹, ao discutir a relação entre povo e democracia considera a incorporação das massas populares ao processo político, a partir de 1930, a razão das crises institucionais que acompanham o regime político até 1964. Aqui neste texto resgata-se a ocupação capitalista da terra e a associação que dela se faz com a institucionalização da participação política. Para isso considera-se o expediente da denúncia de corrupção e o seu papel na relação daquelas forças. Considera-se oportuno registrar o estado de coisas que caracterizam o que se denomina "estado de compromisso", indicam-se os sinais de personificação do poder e pergunta-se por uma explicação sobre o retorno de Moises Lupion ao governo do estado em 1955.

O uso da análise do discurso tem por finalidade indicar características essenciais do corpo de um texto, que complementam o entendimento da análise histórica. A mensagem de governo contém os indicadores do relacionamento entre o executivo e o legislativo, e por essa razão, predominantemente mostra como uma intenção de governador articula-se com o aparato de poder do Estado, na defesa de interesse de seu grupo de apoio. Os matutinos acrescentam o jogo de outros agentes sociais. Pesquisar nessas fontes com outro olhar confirma os resultados dos estudos feitos e traz outras informações. Com elas chega-se a curiosas situações, como por ex., perceber que o personalismo político tem características diferenciadas entre suas figuras, mesmo que façam parte do mesmo jogo da política nacional e regional. Do período analisado destacam-se no do jogo político, as denúncias de corrupção administrativa, tema recorrente na história da república.

No domingo do segundo turno, nas eleições municipais – dia 29 de outubro de 2000 - um dos debatedores, num dos programas da Rede

¹ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

Bandeirantes manifestou-se sobre os 40% de votos destinados ao candidato Paulo Maluf. Segundo ele um número significativo para alguém recentemente envolvido em escândalo de corrupção e desvio de dinheiro público. Com esta observação tornou-se inevitável associar boa parte dos 40% com o segmento dos corruptores.

No domingo anterior, o caderno *Mais!* do jornal, *Folha de São Paulo* trouxe comentário de Jacques Rancière sobre corrupção. Segundo ele, não se vê mais "manifestantes se acotovelarem para vociferar contra os governos corruptos. Vemos, isso sim, muitos homens graves, com frequência os próprios governantes ou ex-governantes, manifestarem sua consternação"². A política funda-se na distância: enxergar longe e agir para o futuro. "As instituições da vida comum repousam num simbolismo que não é para ser tocado. Ela é ameaçada de morte quando se faz menção de submetê-la ao reino mediático da visibilidade e da publicidade integrais. O grande inimigo da política é a idéia de transparência.

A necessária distância que os filósofos mantêm quando observam a política, resulta, por exemplo, na constatação de que a transparência da vida comum que "produziu as utopias e os crimes da virtude revolucionária e nutriu o Terror conduzido pelo incorruptível Robespierre. No tempo da arquitetura de vidro e dos pequenos heróis soviéticos que denunciavam as tramas anti-revolucionárias de seus pais, foi essa mesma idéia de transparência que engendrou o horror totalitário"³. A idéia de política que a mídia tem é muito diferente daquela dos filósofos. As revelações da mídia dão ocasião aos inimigos da república e a política resulta assassinada. No caso do escândalo sexual Clinton/Lewinsky, a atuação da "república dos juízes" e, no caso do tráfico de influência da prefeitura de Paris, o "linchamento mediático" desencorajam muitos e desacreditam a própria política. É hora de restaurar "o segredo e a distância que convém ao bom governo republicano", diz o filósofo.

Nenhum Estado é governado pelo princípio da transparência. Os totalitários menos que os outros.

Por trás da falaciosa equação rousseauísmo - casa de vidro - totalitarismo, o que de fato buscam os raciocínios é firmar a idéia que identifica a democracia ao triunfo de um individualismo de massas, indiferente às formas simbólicas da vida pública, mas ávido de publicidade como de mercadorias. Nessa democracia, é fácil ver o princípio de um desprezo

² RANCIÈRE, J. O silogismo da corrupção. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 2000. *Mais!*, p. 22.

³ *Ibidem*.

pela política que abre caminho ao totalitarismo. E é fácil também opor a ela uma virtude republicana, olhando altiva e remota para as grandes finalidades da vida em comum, encarnadas no serviço do Estado.⁴

Porém, o papel que a mídia se presta quando põe em circulação aquilo que lhe é franqueado, torna possível que "bons cristãos e honestos juizes e representantes, defensores da paz das famílias e dos segredos da vida privada" usem do

segredo para mesclar os assuntos da coletividade e os de seu partido ou deles próprios. Usam portanto, de forma alternada as vantagens do segredo de Estado e as da transparência mediática que o denuncia. (...) Às vantagens do segredo e as de sua denúncia juntam-se, pois, os da denúncia da denúncia. É todo um círculo no qual o próprio fato da corrupção serve para provar que não cabe analisar de muito perto os assuntos do Estado, sob pena de pôr a República em perigo. Nessa lógica sinuosa, os interessados acabam por unir-se sem muito custo.⁵

Nos anos cinqüenta, no Paraná a denúncia de corrupção do governo pessedista de Moisés Lupion (1947-51; 1955-60) parece ter a mesma natureza descrita acima. Na denúncia fica em evidência o papel desempenhado por Othon Mäder, fundador e líder da UDN-PR. Como principal partido de oposição ao PSD, a UDN desenvolveu campanha de "oposição sistemática" contra o governo getulista e, por extensão, ao governo paranaense.

Os dois partidos no Paraná – PSD e UDN – essencialmente conservadores, em 1946 se coligam para disputar as primeiras eleições livres ao governo do Estado. Em 1948 torna-se conhecimento comum o rompimento político, o que marca o início da disputa pelo poder, portanto, atrelada à campanha da oposição desencadeada nacionalmente.

Othon Mäder, formado em engenharia iniciou sua carreira de funcionário público como Delegado de Terras da Região Oeste (1920-24). Em 1926 torna-se agrimensor de terras, no Departamento de Terras e Colonização e se torna Delegado de Terras no Sudoeste. Exerceu ainda outras funções e cargos: prefeito municipal em Foz do Iguaçu (1932) e Ponta Grossa (1936?); entre 1934-36 foi Secretario de Estado da Agricultura; fundador da Associação dos Funcionários Públicos, a dos Engenheiros e a das Seguradoras. Liga-se aparentemente, por essas funções aos interesses urbanos. Após fundar também a UDN no Paraná, foi com ela

⁴ *Ibidem.*

⁵ *Ibidem.*

senador e deputado federal, além de ter disputado a eleição de governador do Estado em 1955. Quando foi delegado de terras desenvolveu importante tarefa de organização do órgão, no exato momento em que a terra tornou-se objeto de intensa especulação. Durante essa atividade desenvolveu algumas reflexões sobre a relação entre o ato de administrar e o ato de governar. Conhecedor da situação da propriedade da terra discursou no Senado *A rebelião agrária do sudoeste do Paraná em 1957* um texto com idéias e teses que fundamentaram sua postura de oposição e denúncia de corrupção ao governo Lupion, naquele período.

Moisés Lupion empresário do setor madeireiro foi homem da confiança de Manoel Ribas para a indicação ao cargo de governador, na primeira campanha de voto livre, em 1946. Os matutinos curitibanos fazem interessante descrição de estratégias que levaram à sua indicação de candidato a governador. Seu estilo de governar tem as características dos líderes personalistas da época. Não lhe cabe, porém, a imagem de populista, termo dado por um segmento da imprensa curitibana da época, identificando-o como fenômeno popular, e por extensão, ao seu estilo de governar, o nome de lupionismo. Em 1961 afastou-se da política difamado e vilipendiado, como disse, em decorrência da campanha de denúncia de corrupção.

O que se seguiu ao seu governo foi a articulação de golpe e o nascimento do regime de exceção: ascende ao governo do Estado, o ex-prefeito de Curitiba e homem da carreira militar, Ney Amintas de Barros Braga, que exercera antes da prefeitura, o cargo de Chefe da Polícia, hoje equivalente a Secretário de Segurança.

O jornalista e assessor de governo – Chefe da Casa Civil de Lupion - Samuel Guimarães da Costa comenta o que se entendia por "lupionismo".

A modernização gera a corrupção, porque altera as normas tradicionais, cria novas fontes de riqueza e poder, e acaba contagiando a máquina administrativa, como um óleo para lubrificá-la, para apressar o andamento de obras públicas - e até obtê-las. O pioneirismo no Paraná coincidiu com a ascensão do populismo, isto é, do clientelismo político institucionalizado. Os pobres usam seu poder de voto para conquistar empregos e favores, inclusive dinheiro mesmo, os ricos por sua vez compram cadeiras nos Parlamentos e nas Assembléias. Há uma corrupção dos pobres e uma corrupção dos ricos. Tudo isso se juntou numa mesma época, num mesmo País e numa mesma região, para fazer do Paraná um Eldorado ansiosamente buscado. A todo esse contexto se deu o nome de

lupionismo, como em São Paulo ele se chamou ademarismo, ontem, e malufismo, hoje.⁶

Não sem sentido que para Rancière, a corrupção tenha seu silogismo⁷, como aponta em seu artigo. Ele se destaca entre os estudiosos do conflito. Para ele, nos dias de hoje, a filosofia política reencontra "sua pureza de reflexão sobre os princípios e as formas de uma política restituída à sua pureza pelo recuo do social e de suas ambigüidades"⁸. Mas ela se manifesta, porém, ao mesmo tempo em que ausenta-se da política seus representantes autorizados.

Por desentendimento entre filosofia política e política, entende ele "um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro". Não é o conflito entre aquele que diz branco e outro que diz preto. É "entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura"⁹.

O desentendimento não é de desconhecimento; não é mal-entendido. "Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. (...) Embora um "entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala; ou então porque ele entende e deve entender, vê e quer fazer ver um objeto diferente sobre a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento".

Mas, o "desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam. (...) A situação extrema de desentendimento é aquela em que X não vê o objeto comum que Y lhe apresenta porque não entende que os sons emitidos por Y compõem palavras e agenciamento de palavras semelhantes aos seus. (...) As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto"¹⁰.

⁶ VAZ, Raul. **Lupion, a verdade**. Curitiba: Paratodos, 1986. p. 139-140. Texto de Samuel G.da Costa.

⁷ Dedução formal tal que, postas duas proposições, chamadas premissas, delas se tira uma terceira, nelas logicamente implicada, chamada conclusão.

⁸ RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 9.

⁹ *Idem*, p. 11.

¹⁰ *Idem*, p. 13.

Pergunta ele, "O que há de específico para ser pensado sob o nome de política? Pensar essa especificidade implicará separá-la daquilo que comumente se coloca sob esse nome e para o qual proponho reservar o nome de 'polícia'". Com essa distinção ele define a lógica do desentendimento distintiva da racionalidade política e pensa o efeito reflexo da "filosofia política" no campo da prática política. Em sua obra tratará da distinção "do que se pode entender pelo nome de democracia e sua diferença das práticas e legitimações do sistema consensual ..."¹¹.

A bem da clareza, é conveniente chamar a atenção para um dos pressupostos da cultura política dos anos cinqüenta: as características personalistas de Moisés Lupion. Esse tipo de imagem personalista fundamentada em comportamento ético sustentou a resistência à institucionalização da participação política. O expediente da denúncia de corrupção parece ter o mesmo sentido que Rancière aponta: o de camuflar os caminhos da institucionalização da participação política tornando desacreditada a própria política e colocando em perigo o regime. Na lógica sinuosa da denúncia da denúncia, como diz ele, os interessados acabam por unir-se.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é entender a relação entre institucionalização da participação política e características do personalismo, no contexto do jogo político onde se usam do expediente da denúncia de corrupção.

2. Institucionalização da Participação Política

Em primeiro lugar é oportuno perguntar sobre algum movimento na política paranaense na direção do estado de coisas que caracterizam o que se denomina "estado de compromisso".

Weffort, em seu trabalho sobre o populismo considera importante indagar-se sobre a natureza política das formas sociais considerando a formação agrária brasileira. Para analisa-la é necessário responder quais são as posições e relações de classes visíveis na sociedade. De modo mais objetivo, pergunta-se qual a forma de poder entre os anos 1937 e 1945? O autor responde que o populismo é a expressão do poder naquele momento. A crise da oligarquia e do liberalismo e o processo de democratização do Estado apóiam-se no autoritarismo institucional da ditadura de Vargas, entre os anos 37-45 e, no autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia após guerra, entre os anos 45-64. O po-

¹¹ *Idem*, p. 14.

pulismo é também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos. Sobretudo ele é principalmente, a expressão da emergência de classes populares, da necessidade de novos grupos dominantes incorporarem-se no jogo político.

Trata-se de "Fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram freqüentemente contraditórias". Confessa ficar tentado a "conceber o populismo mais como fenômeno de natureza pessoal que de qualidade social e política". Ao se pensar em Vargas e Jânio tem-se a impressão de que se estar diante do "oportunismo essencial" e da capacidade de "manipulação de massa". Porém, considera que a "manipulação nunca foi absoluta" e há que se observar a "complexidade das condições históricas". Há de fato, "ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder". Para analisar o fenômeno é necessário, portanto, "recuperar sua unidade como fenômeno social e político"¹².

No contexto da crise oligárquica e das novas classes sociais constata-se que a oligarquia subsiste em nível regional e nacional até 1945, quando passa a ter representação no Congresso, de igual modo, a participação da classe média e dos burgueses está vinculada à industrialização. Porém, a classe média não formula "ideologia própria, isto é, um programa de transformação social que expressasse um ponto de vista original contra o sistema vigente. A reivindicação sobre "representação e justiça" já estava presente na Constituição de 1891 e é horizonte da oligarquia. Os "tenentes" não construíram alianças com as massas populares ou rurais da mesma forma que não têm uma política revolucionária eficaz. O movimento de trinta altera a estrutura de poder "de cima para baixo" antecipando-se às massas populares. A participação dessas também se dá de "cima para baixo". Esta será uma condição histórica do "regime" e da "política" populista¹³.

É motivo para perguntar-se, por que as massas estão ausentes? Para o autor, elas não são passivas, mas estão presentes e "em pressão permanente sobre o *status quo* oligárquico". Trata-se de "um problema real" e até uma "ameaça" para as minorias dominantes. A sua emergência, porém sempre esteve condicionada ao Estado. Depois de trinta, sua promoção dependerá das novas condições políticas criadas com a crise oligárquica e a partir da incapacidade das forças sociais que compunham a Frente Liberal para estabelecer solidamente as bases de uma nova estrutu-

¹² WEFFORT, 1980, p. 61-63.

¹³ *Idem*, p. 63-67.

ra de Estado. Por outro lado, o governo se move entre compromissos e conciliações de diferentes interesses, às vezes, contraditórios: são os da classe média, dos grupos menos vinculados à exportação e de outros ligados à cafeicultura, que, não oferecem as bases de legitimidade do Estado. Seus interesses não são a expressão dos interesses nacionais.

Esta instabilidade constitui um dos traços da política brasileira e dela se tem a gênese de algumas características fundamentais no populismo: "*a personificação do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*". Nessa estrutura, o chefe de Estado assume função de árbitro que se confunde com o próprio Estado enquanto instituição, pois ambos tendem a distanciarem-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam. A ditadura consolida o poder pessoal de Vargas, instaura a soberania do Estado e consiste no ensaio de ampliação das bases sociais do poder.

É assim que, as classes populares urbanas entram na política brasileira: constituem única fonte social de poder pessoal para o governante e até se constituirão em única força de legitimidade possível para o Estado. *O chefe de Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso*, que contará com um novo parceiro – as massas populares urbanas - e a *representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado*". Na função de árbitro faz opção entre alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular. Essa tendência é a de quase todos os chefes entre 1930 e 1964. Vargas responderá a todo tipo de pressão sem subordinar-se aos interesses de qualquer delas.

Weffort considera que o *Estado de compromisso* que é, ao mesmo tempo, um *Estado de Massas*, é também, a expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos da classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular. Como as massas são debilitadas como classe, divididas e incapazes de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado *recorrem a intermediários* (Vargas e outros) para estabelecer alianças. Nisso esta justamente a debilidade do populismo: de um lado, a eficácia do líder dependerá da margem de compromisso entre grupos dominantes e da sua habilidade de árbitro da soberania do Estado, de outro, a manipulação populista estará limitada pela pressão das massas populares¹⁴.

¹⁴ *Idem*, p. 67-71.

Observa-se que há grande heterogeneidade interna nas classes sociais. As categorias são muitas e têm diferenças em relação às condições de vida, à situação regional e de relações de trabalho. No entanto é possível identificar o setor urbano das massas populares como aquele onde predominou, neste período, as relações individuais; onde o conteúdo de classe não se manifesta diretamente.

É, portanto, a esse nível de relações individuais que convém estudar o populismo se se quer entender sua significação como manipulação e como política de classe. Isto é, é a partir dessa perspectiva que convém discutir o problema de saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviram passivamente de "massa de manobra" para os grupos dominantes.¹⁵

A legislação trabalhista consolidada em 1943, nesse aspecto tem papel fundamental porque atende as "massas urbanas sem interferir com os interesses dos grandes proprietários de terras". Para Vargas elas são instrumentos de jogo pessoal, porém "sua regulamentação passa a constituir permanente função do Estado. Transfere-se, assim, para este, em certa medida, o prestígio que as massas haviam conferido a Vargas". Nessa transferência encontra-se um dos elementos mais importantes da fase ditatorial e até democrática: "o líder será sempre alguém que já se encontra no controle de alguma função pública – um Presidente, um governador, um deputado, etc., - isto é, alguém que, por sua posição no sistema institucional de poder, tem a possibilidade de "doar", seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores"¹⁶.

Por outro lado, "do ponto de vista político, é, apesar da típica assimetria de todo paternalismo, o reconhecimento da cidadania das massas, o reconhecimento de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional". Nessa relação a manipulação é ambígua. Politicamente é relação de identidade, mas também uma relação entre o Estado e as classes sociais. "Do ponto de vista social a legislação trabalhista aparece, por um lado, como mecanismo regulador das relações entre os cidadãos", mas também como "um mecanismo regulador das relações entre as classes sociais"¹⁷.

¹⁵ *Idem*, p. 72.

¹⁶ *Idem*, p. 73.

¹⁷ *Idem*, p. 74.

Característico é que "no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos. (...) A reivindicação da própria cidadania, ou seja, a reivindicação de participação política em condições de igualdade, é um dos aspectos centrais da pressão popular realizada sobre o Estado nos últimos decênios". A participação política encontra-se "associada à sua emergência nos planos sociais e econômicos".

As "novas massas que migram em busca de novas oportunidades de trabalho são, evidentemente, massas que pressionam no sentido de sua própria ascensão social". No contexto dessa ascensão, a aliança tácita entre ela e a classe dominante deve atender "algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais caberia mencionar a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado"¹⁸.

Apesar da liberdade relativa das classes populares no cenário político depois de 1945, a composição de forças é a mesma do período anterior. A crise de poder que se manifesta entre 1945-64 tem influência decisiva na mobilização das massas rurais. Quando Goulart pretendeu "entrar pelo caminho das reformas de estrutura provocou a crise do "regime populista". Goulart sem o controle do processo político vê crescer a mobilização popular que, "embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais vigentes"¹⁹.

Depois de 1945 o jogo de poder estadual no Paraná configura-se a partir de questões que envolveram a nacionalização dos partidos políticos tendo como tônica, a personificação do poder. A relação que este aparato de poder estabelece com o setor produtivo agrário predominante no Paraná, será em torno da legitimação dos partidos políticos, o que significa em grande parte, a projeção do conflito da propriedade da terra, acirrado e constante, para as campanhas partidárias. O nascimento dos municípios paranaenses liga-se às questões de conflitos em torno do reconhecimento da posse e da legitimação da propriedade da terra. As disputas partidárias têm relação direta com a criação de diretórios municipais. Apesar dos líderes políticos regionais depois de 1945 permanecerem no poder, a sua sustentação vem do diretório nacional. Exemplo disso é o PR, cuja figura marcante é Bento Munhoz da Rocha Neto que foi eleito governador em 1950. Outra figura política do período, Othon Mäder, profissional liberal exerceu cargos do escalão do governo estadual, fun-

¹⁸ *Idem*, p. 75-76.

¹⁹ *Idem*, p. 78.

dou a UDN/PR e foi liderado por Manoel Ribas. Aparentemente também originário do mesmo grupo, Moisés Lupion esteve em cena durante a década. Os dois primeiros representam interesses urbanos. Lupion é empresário do interior. Os três interferiram na institucionalização da participação política na medida que fundaram e organizaram diretórios municipais, porém os argumentos que foram apresentados na defesa do que se chamava democracia apresentam uma tonalidade peculiar aos partidos conservadores e ao discurso personalista. No final da década entra em cena uma figura com raízes militares, Ney Aminthas de Barros Braga, que estabelece a base mais radical da resistência à democracia.

Essa rede de poder em nível federal e regional, quando consolidada tornou-se de muita utilidade para o grupo militar que se articulou com a burguesia nacional e estrangeira, nas atividades que culminaram com o golpe de 1964.

A expectativa dos segmentos sociais que optaram pelas terras paranaenses para estabelecerem seus negócios, ligaram-se à agricultura, direta ou indiretamente. Os interesses vinculados à agricultura tiveram que se organizar para ver garantido o direito à legitimação da propriedade da terra. O acesso à estrutura administrativa do Estado – secretarias, diretorias, etc – se deu a partir da existência dela em localidades fora da capital, onde já estavam estabelecidas as ramificações da rede de poder legislativo e judiciário, seja nos diretórios dos partidos políticos ou nas instâncias judiciais maiores ou menores, como as delegacias da polícia civil. O que aconteceu nas pequenas localidades muito distantes da capital e com pouquíssima infra-estrutura é que o cidadão comum, necessariamente ou via de regra, ficou dependente da rede pessoal do governador, instalada e adaptada segundo o partido e os coligados da ocasião. O jogo de poder acontece, portanto, no cotidiano do cidadão, de forma dramática ou menos dramática, também segundo sua aproximação com a capital. Seu poder de ação ou de cidadania vincula-se à sua capacidade ou sorte de interação nas relações econômico-sociais, formais e não formais, já que as relações do capital estão nessa década sendo organizadas.

Há outro aparato de poder que chama a atenção. Trata-se da relação entre discurso e representação.

Christiane Marques Szesz trata dessa relação analisando o conceito de região recriado ao longo do século XX, para o Paraná²⁰. Sua crítica à historiografia do regional paranaense fundamenta-se no apoio que ela

²⁰ SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região: discursos e representações do Paraná.**

tem dado à representação consagrada pelo recorte espacial, no caso, o *Paraná tradicional*. Segundo Szesz, "Nesses estudos, o Paraná é pesquisado, ensinado e pronunciado, de certa forma a não romper com o feixe imagético discursivo que o sustenta. A história regional é vista por nós como um modo de fazer existir a região, como um estudo dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequados à reprodução do Paraná" (...) A autora prefere pôr "em questão a construção dessa identidade e dessas fronteiras fixas da região, introduzindo a dúvida sobre esses objetos históricos canonizados". (...) Para ela, "Trata-se de pensar como a região se tornou uma problemática, que práticas discursivas e construções imagéticas fizeram o Paraná emergir como região". Destaca-se no seu raciocínio, "a relação entre identidade e o espaço do capital. A região Paraná como se construiu é o espaço social onde se definem e se concretizam as classes, espaço de reprodução do capital e objeto de reafirmação da dominação regional". Considera que a "região se liga diretamente às relações de poder e às relações de saber que a produzem"²¹. Nesse sentido, "As falas sobre o Paraná são redes de imagens e falas tecidas nas relações sociais. As formas de linguagem consideradas nessa produção de região, o são como ações, práticas inseparáveis de sua instituição. E estas linguagens não apenas representam o real, mas o instituem". Enquanto construção de região, a problematização da invenção do Paraná deve ser orientada para o campo das práticas dos discursos e das representações. Longe de vê-la "unidade que contém a diversidade, mas produto de uma operação de hegemonização"²².

Temos então dois raciocínios para considerar: a emergência das massas na cena política brasileira, representada nos pequenos e médios proprietários de terras e a hegemonização de um discurso que inventou uma unidade para o Paraná, que é aparente.

Nesse tipo de raciocínio, a unidade inventada para o Paraná, nos anos cinquenta, sob a fala dos governadores, foi o "tempo da prosperidade". Fala-se em fluxo migratório, integridade territorial, instalação de uma rede de transportes convergindo-a para Curitiba, estabelecimento de certa coesão naquilo que se apresentava diferente e até buscar por uma identidade populacional. Dois intelectuais se encarregaram de recriar o Paraná desse período, Temístocles Linhares "procura ressaltar o discurso

²¹ *Idem*, p. 318.

²² *Idem*, p. 321.

desenvolvimentista" e Brasil Pinheiro Machado "buscou encontrar na região paranaense, uma tradição definidora para essa comunidade"²³.

3. Características do Personalismo Político.

Em segundo lugar, pergunta-se por sinais que caracterizam a personificação do poder. Apontam-se aqui três registros: dos matutinos curitibanos, a movimentação publicada sobre as convenções partidárias e o "diz-se que, disseram", que demonstra o apoio de um e de outro jornal ou jornalista; a interpretação da técnica de análise do discurso aplicada nas falas de Lupion e, por último, o jogo de poder, a aglutinação de forças contra Lupion em 1950 e a desenvoltura do PSD e dele, enquanto senador, que garante o seu retorno ao governo do Estado em 1955.

Na construção da idéia de participação política há uma rede de relações capitaneadas pelos partidos políticos, pelos matutinos e por outros meios, que se enfrentam no cotidiano e no jogo político. Num outro patamar, a figura do governante personalista é constituída para relacionar-se e comunicar-se com a massa. A configuração dessa figura segue o roteiro estabelecido pela idéia de que os matutinos têm sobre o governante, sobre os partidos e seus correligionários e sobre a repercussão dos acontecimentos junto à população, de difícil alcance, aliás. Há outro lado para ser observado: a imagem que lhe dá a marca; aquela imediatamente associada a ele. Na imprensa criam-se duas imagens, a de personalista e a de corrupto. Nesta quem é o corruptor? Naquela quem é a massa? Essas imagens são opostas ou se complementam? Em que medida essa configuração se aproxima da idéia de representação do Paraná, aquela de "recriar" a idéia de progresso a cada passo dado em decorrência do avanço tecnológico?

O primeiro registro mostra fragmentos do cotidiano político retirados dos matutinos curitibanos, sobre as articulações políticas para a indicação de Lupion, como candidato a governador, em 1946. Apontam a disputa dos grupos de poder e indicam alguns sinais – um deles é capacidade de provocar dissidência – característico do personalismo, que usado mais tarde por Lupion, provocará a sua independência política em relação aos partidos coligados. Considere-se que segundo Rancière, a idéia de política que a mídia tem é diferente e dá lugar para que os inimigos da república se manifestem.

²³ *Idem*, p. 309-310.

No registro jornalístico fica evidenciado no cenário político, a trama e o jogo. Assim sendo é oportuno destacar o que é o cenário, do que se fala, quem fala e quais são os grupos. O ano de 1946 é de articulação política para indicar nomes que disputam os cargos de governador, senador e deputado federal. A imprensa registrará os posicionamentos dos grupos em relação às indicações. Falam-se das qualidades e defeitos; das traições e apoios e dos partidos que têm ou não representação nacional: PSD, PTB, UDN, PR, PRP. Todos têm alas e dissidências internas, que se manifestam predominantemente com juízos de valor. Representam grupos de poder econômico de setores rurais e urbanos.

O jornalista Roberto Barrozo, diretor do Diário da Tarde apresenta-se como observador do cotidiano político e identifica-se como opositor do governo e de outro matutino curitibano Gazeta do Povo, defensor do grupo que apóia Lupion. O seu papel de oposição fornece para este estudo descrição de cenas minuciosas, que somente aparecem durante a campanha política. O dia seguinte da eleição dá a sensação de "a Inês é morta". Essas cenas do cotidiano e o registro jornalístico apontam as intenções e as iniciativas, coletadas aqui e acolá, de fonte geralmente não revelada, de efeito bombástico ou não, cuja repercussão e permanência na mídia resulta na depuração de fato ou evidência histórica. No registro dos fatos aparecem situações relacionadas aos acontecimentos que permanecem na mídia e situações que identificam concepções de jornalismo, como a de cultivar a dúvida e questionar verdades que se apresentam como absolutas.

Para iniciar a análise selecionou-se uma frase do jornalista: "No atual momento político, ventos fortes sopram, de todos os lados, para provocar o naufrágio de PSD, onde seus defensores parecem desanimados e em estado de pânico. A democracia sofre o perigo das contaminações dos afortunados"²⁴. Primeiro, por "naufrágio do PSD" entenda-se uma dissidência que revela posições e interesses dentro do partido; são articulações que terão conseqüências na indicação do candidato a governador e acima de tudo indica fragilidade de liderança. Segundo, "contaminações dos afortunados" refere-se ao aparecimento no interior do partido de uma dissidência que apresenta nova forma de ação e comportamento político, até então não utilizado pelo partido e que acima de tudo, detêm importante poder econômico.

²⁴ BARROZO, Roberto. Fortaleza atacada. *Diário da Tarde*, Curitiba, 05 out. 1946. p. 1.

Os políticos do Paraná caminham na obscuridade dos atuais acontecimentos (...) É o caso do Dr. Brasil Pinheiro Machado e seus amigos, que não sabem para onde vão, falta-lhes um guia, decidido e experiente. [Compete-lhes] chamar seus companheiros, regular com eles o relógio... O mesmo não acontece com os "deputados Gomy Jr., Aramis Athaide e Fernando Flores, [que não acreditando] na segurança de seus relógios, aceleraram o passo com coragem e ânimo de luta, e combatividade. O Dr. Brasil Pinheiro Machado dispõe de um exército. Contudo não sabe manobrar e faltam-lhes generais. As dissensões pela ausência de comando acabarão por dissipar a sua grande força numérica. É preciso encontrar a fórmula conciliadora, capaz de resolver o aparente desentendimento que os separa, a unificação será um solene compromisso em prol dos interesses do Paraná. Pois a opinião pública estará vigilante em relação as atitudes assumidas pelos que jogam com o futuro do Estado.²⁵

A Comissão Executiva do PSD, secção do Paraná, nas pessoas de Brasil Pinheiro Machado, F.S. de Lacerda, Munhoz de Melo, F. Guimarães, Oscar Borges, Lisandro de Araújo, etc., em 7 de outubro de 1946, argumentam "que o golpe de 29 de outubro de 1945 modificou o sentido inicial das formações partidárias", (...) que as Forças Armadas foram a garantia das eleições livres de 2 de dezembro [e que] Essas mesmas Forças Armadas, apelam para que a nação não perca o espírito de 29 de outubro. Recomendam à convenção do PSD a candidatura do Sr. General de Divisão, José Agostinho dos Santos, para o cargo de governador constitucional do Paraná. Justificam a indicação, por ser ele perfeito conhecedor dos problemas paranaenses, dos homens do Paraná, e é um dos mais ilustres membros das Forças Armadas Nacionais. Como é o próprio Presidente da República Sr. General Eurico Gaspar Dutra²⁶.

"Grande Golpe" é o título que a dissidência do PSD pretende apresentar à opinião pública para justificar sua derrota partidária. O que a dissidência considera "golpe" pode-se dizer "inspiração política, de sentido e reação paranista, que nada mais é do que um combate sem tréguas aos que tendo aqui chegado ontem, para uma função determinada e transitória, dela se aproveita para liderar o nosso pensamento político. Não houve golpe na candidatura do Gen. J. Agostinho dos Santos, houve, sim, inspiração política"²⁷.

A confusa dissidência do PSD, ainda aturdida, esta acampada em torno do maestro do golpismo, Major Fernando Flores, e do Presidente

²⁵ BARROZO, Roberto. O relógio político. **Diário da Tarde**, Curitiba, 7out 1946. p. 1.

²⁶ Os partidos políticos do Paraná. **Diário da Tarde**, Curitiba, 09 out 1946. p. 1.

²⁷ Nota Política. **Diário da Tarde**, Curitiba, 10 out 1946. p. 1.

fugitivo Sr. Carvalho Chaves, que abandonou seus companheiros durante a sessão em andamento. Uma coisa a dissidência do PSD ainda mantém, a capacidade de iludir. São sete os dissidentes, quatro são muito democraticamente candidatos de si mesmos; três querem se sobrepor aos quatorze que assinaram a moção ao Gen. da Vitória, J. A. dos Santos²⁸.

Enquanto isso Othon Mader, Presidente da UDN-PR habilmente responde, em 11 de outubro, ao ofício da Comissão Executiva do PSD "resolve que o nome daquele ilustre militar brasileiro e nosso digno conterrâneo será objeto de deliberação pelos Órgãos do Partido, no momento oportuno em que, nas formas dos Estatutos, sejam eles convocados para fim especial de opinar sobre as candidaturas..."²⁹.

A "Gazeta do Povo" , de ontem, colocou que a escolha do General José Agostinho dos Santos, foi feita com a intenção de com os bordos do general derrotarem os galões do Major F. Flores.(...) a escolha do Gen. J. Agostinho, homem de tradições paranaenses [que] serve de maestro do paranismo a alguns paranaenses, não nos causa temor, mas sim tristeza. E também nos entristece saber que alguns dissidentes estão com este homem. Mas alguns dissidentes já estão dispostos a formar com o general uma frente de luta, pela vitória e para o bem do povo paranaense.³⁰

No manifesto lançado ontem, pelos dissidentes do PSD, percebe-se a intenção de deflagrar as mais nocivas agitações políticas no PR. Denominam sua ala de liberal, colocando a o Dr. B. P. Machado como radical. A verdade é outra, o Dr. B.P.Machado como ex-Interventor Federal conquistou as vivas simpatias, no seio de todas as classes sociais. O Sr. Major F. Flores que se diz da ala liberal, sempre realizou no PR a mais anti-liberal das políticas, com sucessivas investidas para amordaçar, sub-julgar e dominar o Paraná. O Dr. Carvalho Chaves, é outro que não se pode alistar na fileira dos liberais. Querem um candidato único, sem dizer o motivo pelo qual recusam a indicação extra-partidária, do eminente general José Agostinho, padrão de moral e patriotismo. Na realidade não querem um candidato único, mas sim um único candidato: o Sr. Moisés Lupion.³¹

Dentro do PSD há, pois, dois candidatos: general José Agostinho dos Santos e Moisés Lupion. A mobilização passa a ser feita na direção dos líderes nacionais.

²⁸ Nota política. **Diário da Tarde**, Curitiba, 11 out 1946. p. 1.

²⁹ A UDN acolheu com simpatia. **Diário da Tarde**, Curitiba, 12 out 1946. p. 1.

³⁰ Notas políticas. **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 out 1946. p. 1.

³¹ BARROZO, Roberto. Único Candidato. **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 out 1946. p. 1.

A política paranaense, continua a ser mexida de fora, por excelentes criaturas, porém, completamente estranhas ao nosso meio como se isto aqui fosse terra devastada de homem, de valores e idéias. O jornalista se refere a indicação do Sr. Moisés Lupion ao governo do Estado. Tal indicação teria sido ventilada pelo diretor do "Diário dos Estados" do Rio. Denúncia ainda, de forma veemente a ligação entre Lupion e a "Gazeta do Povo". Segundo o "Diário da Tarde" franco opositor ao Sr. Moisés Lupion, o "predestinado" salvador, nunca apareceu preocupado com as causas públicas. Portanto, a sua indicação não decorre de nossa indiferença, nem da eliminação da nossa faculdade de agir, de opinar e de decidir. "Lupion participou no trabalho da divisão das nossas forças políticas com o objetivo de tirar proveito da desarmonia provocada". O povo do Paraná, temeroso de esfacelamento de nossas conquistas, adotou a candidatura do general J. Agostinho - digno da confiança coletiva. Por seus adeptos passou a amesquinhar a elevada conduta do partido Republicano que, presidido pelo Dr. Afonso Alves de Camargo, colocou-se voluntariamente, nas linhas de vanguarda com os olhos, o pensamento e o coração no Paraná. A opinião pública se solidarizou com a candidatura do José Agostinho dos Santos. O Paraná continuará a ser paranaense, sem indébitas intromissões na sua política e sem a tutela de recém-chegados e já cobertos de excessivos benefícios.³²

O hipódromo de Curitiba é o termômetro político do Estado. Por sua tribuna já desfilarão o saudoso Manuel Ribas, o eminente Desembargador Clotardo Portugal, o dr. Brasil Pinheiro Machado e o Cel. Mario Gomes, todos sentiram a gloriosa pompa de seu cargo edificante. Cercados pelo respectivo séquito foram contemplados na tribuna de honra onde só aparecem os vencedores. É uma apresentação dos laureados. "Moços e Velhos", vem uns e outros vão. (...) Uns escalam píncaros, outros são arrojados à planície, só a tribuna permanece imutável.³³

O Gal. José Agostinho, em manifesto declara, Não escondo minha lealdade ao Gal. Dutra, Presidente da República. A crise social é reflexo da mundial. Para a debelar exige-se energia dos dirigentes, honestidade de propósitos e apreço das classes Trabalhadoras, afeto este sem tendências ideológicas exóticas e incompatíveis com a tradição de família e religião cristã do povo brasileiro.³⁴

³² BARROZO, Roberto. O ovo de Colombo. **Diário da Tarde**, Curitiba, 15 out 1946. p. 1.

³³ FREITAS. Observando. **Diário da Tarde**, Curitiba, 15 out 1946. p. 1.

³⁴ A palavra do candidato do Paraná, José Agostinho dos Santos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 16 out 1946. p. 1.

Segundo o matutino "Gazeta do Povo" a candidatura do general José Agostinho seria uma ameaça às instituições, à liberdade e à democracia. Trata-se de uma candidatura de última hora, talvez com tendências ditatoriais. Outro matutino, o Diário da Tarde, manifesta-se temer pela formação do caráter e do espírito democrático do Gal. J. Agostinho e desconfiar das suas nobres atividades republicanas é ignorar a vida pública e profissional, desse ilustre filho do Paraná. Fosse ele infiel à democracia, não poderia pertencer às nossas forças armadas pelo juramento de vigiar a forma de governo. Destaca-se como bravo militar junto das figuras como, Alcio Santo, Raimundo Sampaio, Góes Monteiro e outros, responsáveis pela restauração dos direitos políticos da nação no Golpe dos feridos a 29 de outubro. Estamos a aniquilar não só os valores políticos, mas também os militares filhos do Paraná.³⁵

Em certo momento, na vida da Ditadura, os governantes usavam colocar militares nas chefias de polícia do Estado, sendo assim o Sr. Manuel Ribas foi nomeado pelo Capitão F. Flores, para exercer funções policiais no Estado do Paraná, ou seja, passou a fazer coordenação política por meios policiais. Albari Guimarães, Roberto Barrozo e Mastilio Araújo, foram os primeiros a protestar contra a intromissão na política do Estado. A nomeação do Fernando Flores foi uma retribuição do Sr. Manuel Ribas pelo fato do Cap. F. Flores discursar a favor de G. Vargas. O ex-capitão, agora Major F. Flores, acompanhado de alguns paranaenses, vem concorrer ao governo do Estado. O Paraná reagirá sob o comando do General J. Agostinho dos Santos. "Reagiremos e venceremos, não tenha dúvidas o major policial."³⁶

"O nosso Regionalismo é aquele que congrega quantos se identificam com as nossas aspirações e nossos interesses" diz, Brasil Pinheiro Machado, após regressar do Rio de Janeiro, onde se encontrou com o Presidente da República Gen. Eurico G. Dutra e com o Gen. José Agostinho dos Santos. Diz que o Gen. José Agostinho tem capacidade de promover a união, (...) é paranaense de nascimento, sempre se preocupa com os políticos do Paraná, é perfeito conhecedor dos mesmos, (...) está profundamente ligado a todos as classes sociais, (...) não será candidato de um partido, mas de todos os paranaenses e tem o apoio do Presidente Dutra. Brasil Pinheiro termina convencido que os outros partidos, examinando a questão de maneira impessoal (...) concordarão em sustentar a

³⁵ BARROZO, Roberto. Honremos o General. **Diário da Tarde**, Curitiba, 16 out 1946. p. 1.

³⁶ Nota política. **Diário da Tarde**, Curitiba, 16 out 1946. p. 1.

bandeira da candidatura do Gen. J. A. dos Santos para governador do Paraná³⁷.

Na época em que foi Interventor Federal, Mário Gomes da Silva declarou que o Sr. Presidente Gen. Dutra, lhe recomendou um governo isento de preferências. Mas como se explica a sua inércia diante do Major Fernando Flores, que toma atitudes arbitrárias e ostensivas, supondo poder dominar o Paraná? Nomeando pessoas de seu interesse e perseguindo funcionários dos mais corretos e honestos? O panorama estadual é das mais sombrias e inquietas, ao contrário de todas as afirmações, do Sr. Interventor Tenente Coronel Mário Gomes da Silva.³⁸

Em 15 de outubro de 1946, M. C. Alves, do PTB-PR, em carta aberta indica o industrial Ivo Leão (PSD) a candidato. "Neste instante em que vivemos sob o influxo das agitações políticas (...) a alma do Paraná pela sua expressão econômica dos que produzem, está voltada para o Partido Trabalhista, na mais absoluta confiança de que essa agremiação partidária, com elevados propósitos e espírito de justiça, corresponda a essas bem fundamentadas e alvissareiras esperanças". Ivo Leão como um dos inúmeros elementos trabalhistas de valor indescritível, soube prever no avanço dos tempos, as conquistas de amparo social. Foi ele no Paraná o precursor de humanas medidas de amparo ao trabalhador. Quando em nosso país nem existia a atual legislação trabalhista, na indústria do Sr. Ivo Leão havia Assistência Médica, por invalidez, moradias higiênicas e confortáveis, etc. Por tudo isso e muito mais se recomenda ao Diretório do Partido Trabalhista, o lançamento da candidatura do Sr. Ivo Leão para Presidente do Paraná. (...) O nome desse nosso patrício é uma bandeira que pertence às classes conservadoras e trabalhistas do Paraná.³⁹

Depois da investida nacional de Brasil Pinheiro Machado, o novo interventor Mário Gomes da Silva numa rápida reação política redireciona a sucessão. O jornalista Barrozo diz que

O clima político paranaense é conturbado. A opinião pública encontra-se confusa. Tem pouca oportunidade de raciocinar em face aos noticiários apressados e ofuscantes. Se enganaram aqueles que acreditaram que a substituição de Dr. Brasil Pinheiro Machado fosse a garantia de elei-

³⁷ Como o General Dutra é o presidente de todos os brasileiros, o general José Agostinho dos Santos será o governador de todos os paranaenses. **Diário da Tarde**, Curitiba, 17 out 1946. p. 1.

³⁸ BARROZO, Roberto. Não nos decepcione o Sr. Interventor. **Diário da Tarde**, Curitiba, 17 out 1946. p. 1.

³⁹ ALVES, M. C. Ao partido Trabalhista. **Diário da Tarde**, Curitiba, 17 out 1946. p. 5.

ções livres e limpas. Rompendo com o antigo Interventor paranaense dos mais dignos e cultos, os deputados dissidentes visaram a conquista do poder, nas proximidades do pleito, para a formação da atmosfera moral capaz de lhes possibilitar a vitória nas urnas. O novo Interventor o Tenente Cel. Mário Gomes da Silva nomeia para assumir a pasta política o deputado Fernando Flores, dissidente do PSD. Com a substituição do Dr. Brasil Pinheiro Machado pelo tenente Cel. Mário Gomes, não se verificou soma de opiniões divergentes. Substituiu-se pura e simplesmente a facção maior do PSD, pela menor. O deputado Fernando Flores, de exacerbada paixão política-partidária, é agora o responsável pelo livre e limpo pleito ao Governo do Estado. A experiência política, por si, ensina a atração irresistível que emana da ocupação de qualquer secretária, que sem necessidade de atos concretos, participa na capacitação de solidariedade. "Eleições livres e limpas só se efetuarão com as secretárias isoladas de atividades políticas. Como esta teremos, apenas, uma promessa a colorir a nudez do inevitável".⁴⁰

Há políticos que fazem política sem serem políticos; é o caso dos dissidentes que fizeram campanha para afastar o Dr. Brasil Pinheiro Machado da Interventoria, alegando que o mesmo não estava realizando um governo de coalizão. Estes "políticos" esquecem os interesses superiores do Estado e os interesses de partido em que se acham filiados. O resultado esta aí, um Paraná dividido no cenário nacional, dividiram o partido a que pertencem, semearam discórdia. De um lado o Dr. B. P. Machado, que simboliza a unidade partidária, e do outro um mínguo grupo de dissidentes afeiçoados ao Major Flores. A máquina eleitoral do Sr. Dr. Lupion, deixa claro a sua simpatia e apoio aos dissidentes. A redenção de terra paranaense virá com a eleição de um candidato do Paraná, que é o Gen. José Agostinho dos Santos. "Para essa alta missão política estão convocados todos os que amam o Paraná, que pensam no Paraná, procurando dar de si, antes de pensar em si."⁴¹

A candidatura do Gen. J. A. dos Santos deixa a dissidência do PSD em agonia. Os dirigentes do PSD foram buscar um grande nome, isento de suspeitos de partidarismo, um candidato do mais alto quilate de dignidade individual, militar e civil, de comprovada neutralidade, sem raízes nas correntes políticas estaduais. A dissidência o recusou. A ala dissidente quer Lupion ou Alô Guimarães. Ameaçam, recuam, prometem esfacelar o PSD e asseguram ir as urnas, com qualquer legenda, em de-

⁴⁰ BARROZO, Roberto. A nudez do Inevitável. **Diário da Tarde**, Curitiba, 18 out 1946. p. 1.

⁴¹ Coveiros políticos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 19 out 1946. p. 1. De um observador político.

manda ao Palácio S. Francisco. Segundo trecho de um artigo da "Gazeta do Povo, de 12 do corrente. O Partido Social Democrático na convenção do dia 07 vai decidir se ficará na oposição com o Gen. Agostinho ou se irá para o Governo com Moysés Lupion. Os dissidentes deixam claro a intenção de "correr para outro guarda-chuva, quando o aguaceiro estiver grosso". Sua imagem decaiu perante a opinião pública. Pois são "como gafanhotos políticos contentam-se em vir, decorar e devastar o poder."⁴²

A Comissão Executiva do PSD reuniu-se com os seguintes membros: Dr. B. P. Machado, Flávio Guimarães, Lauro Lopes, João Aguiar, Hostílio de Araújo, etc. Foram reconhecidos os diretórios de Londrina, Foz do Iguaçu, Mangueirinha e Clevelândia. Ivo Leão passou a ocupar a vaga deixada por Manoel Ribas e o novo presidente da Comissão Executiva é o Brasil Pinheiro Machado⁴³.

O atual Interventor Federal Sr. Tenente Cel. Mário Gomes da Silva, ao assumir seu cargo prometeu governar acima dos partidos. A posição escolhida ficou insustentável, tendo em vista as profundas divergências entre as correntes de opinião dentro do PSD dividido. O rompimento aconteceu com a nomeação, para a pasta política, do mais ferrenho adversário de uma das alas do partido majoritário, como orientador da campanha, para afastar da Interventoria B. P. Machado, além das demissões que confirmam publicamente a imparcialidade do governo. Diante de tais fatos, sugere-se recorrer ao Presidente da República Gen. E.G. Dutra, conhecedor da verdadeira situação política do Paraná⁴⁴.

A vinda ao Paraná, do Gen. J. A. dos Santos é motivo para a imprensa diga que

sua biografia é o monumento moral da sua glorificação. Vindo da pobreza e da orfandade, modesto operário encanador, mas com perseverança triunfou, onde hoje, ostenta os bordados de general de divisão. Com sacrifício alcançou a ventura de dignificar o próprio nome e honrar o Brasil e o Paraná. Operário e soldado na mocidade é agora o Gen. Trabalhista. Democrata dos mais sinceros e dos mais puros, esse vulto nascido no Paraná, é que deverá dirigir os destinos, na continuidade dessa segurança e devoto de liberdade e prosperidade.⁴⁵

⁴² BARROZO, Roberto. Os Gafanhotos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 19 out 1946. p. 1.

⁴³ Transferida a Convenção do PSD para o dia a ser fixado pela comissão executiva. **Diário da Tarde**, Curitiba, 22 out 1946. p. 1.

⁴⁴ Não está certo Sr. Interventor ... **Diário da Tarde**, Curitiba, 23 out 1946. p. 1. De um observador político.

⁴⁵ O General Trabalhista. **Diário da Tarde**, Curitiba, 23 out 1946. p.1.

O Gen. J. Agostinho dos Santos ao receber Carta dos Membros das Comissões Executivas dos partidos, com o convite para candidatar-se ao governo do Estado, vê no convite

desprendimento político, de espírito democrático e elevado interesse pelos destinos da pátria. Nunca alimentou pretensão, sempre preocupado em servir o exército - isto não implica, porém estar alheio aos problemas gerais do país, tais como os relativos ao seu desenvolvimento econômico e financeiro, a educação, a saúde e a exploração dos recursos estaduais. Afirma que por ser filho da terra, um dos problemas que mais o afligiu foi a reintegração do território do Iguaçu. No momento, nenhum motivo de ordem moral, profissional ou político me impede de aceitar a indicação de meu nome para o governo do Estado. Meu objetivo principal é harmonizar, dentro das possibilidades, as aspirações políticas do Estado, na esperança de que no resultado das urnas, venha se concretizar os desejos do povo paranaense de possuir um governo seguro, voltado para os problemas administrativos em ambiente democrático.⁴⁶

Carvalho Chaves denominou de inverdade e escandalizou-se ao ser acusado de abandonar seus companheiros no grave momento da crise interna do partido (PSD). De fato, "Visou conquistar uma situação capaz de servir ao jogo duplo de arguto e incorrigível espreitador da vitória. Agiu desta forma no tempo do Sr. Gen. Mário Tourinho"⁴⁷.

A partir da entrada da UDN e do PTB, no jogo da disputa para apoiar Lupion, comenta-se que

Os candidatos e os mais da UDN que se ligam ao PTB, estão a Serviço de G. Vargas. Devem, por isto, fazer pública declaração sobre a conduta que assumem em face da política do chefe orientador do PTB. A política do Estado decepciona o eleitorado. Vão por água abaixo certos princípios defendidos por líderes da UDN. Todos atacavam o Estado Novo, o "queremismo" e Getúlio Vargas. Mas na hora H de composições políticas em busca do poder, deixam de lado certos princípios que defendiam. O PTB obedece a orientação do Senador Getúlio Vargas e tem como coluna o senador Alexandre Marcondes Filho e deputado Hugo Borghi. A UDN vota no Congresso Nacional moção de aplausos às classes armadas, pela deposição de G. Vargas. Quando se trata de ambições de mando, transige-se com o ditador e com o Partido que o ampara e

⁴⁶ Não podia fugir ao dever cívico de acatar a decisão de meus conterrâneos e amigos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 24 out 1946. p. 1.

⁴⁷ BARROZO, Roberto. O Borrão da infidelidade. **Diário da Tarde**, Curitiba, 01 nov 1946. p. 1.

prestigia. Submetem-se facilmente a F. Flores, a ele, a G. Vargas, entrega-se o Paraná. Uma ala da UDN, une-se ao PTB e dá-se a impressão de que dessa união nascerá um grande golpe político, que é a súbita ajuda do PTB, isso sem compromissos partidários, logo que atingir o objetivo vão fulminar o ajudante (PTB).⁴⁸

O PTB do Paraná está dominado por alguns cidadãos sem cultura, sem projeção sem consciência política. Estão submissos ao Sr. Moisés Lupion de Tróia, do diretório estadual do PSD. [Ele] custeia as principais despesas do partido, sendo assim o mesmo perdeu sua autonomia. Estão fazendo do partido um rendoso negócio, nem ao menos admitiram a candidatura de ilustre Sr. Ivo Leão, que sempre esteve em defesa dos trabalhadores. Fernando Flores, que tanto perseguiu e cercou de violência a ala sindical do PTB, é hoje o coordenador da candidatura do Sr. M. Lupion. Lançaram o Sr. Maximino Zanon para senador e agora o deixam para apoiar o Dr. Arthur Ferreira dos Santos, da UDN, e inimigo de G. Vargas, condutor do PTB. Estes supostos trabalhistas abriram as portas do Partido, ao assalto por elementos de outros Partidos. Sendo assim o PTB não tem candidato a governador e nem senador. Os dirigentes trabalhistas se ligaram ao Sr. Moisés Lupion. Essa atitude de subserviente destes dirigentes é muito depressiva. Tanto que os homens de bem e que se prezam não provam e nem aceitam tais atitudes.⁴⁹

A partir do comentário de que a "Convenção Estadual de um Partido é uma assembléia de delegados dos diretórios municipais e da comissão executiva, onde vão debater, discutir e decidir assuntos determinados", acusa-se que o

diretório estadual do PTB é exercido por pessoas a serviço do Sr. M. Lupion de Tróia. Mesmo o Sr. G. Vargas recomendado ao PTB para que lute com forças próprias, em torno de candidatos próprios, a secção do Paraná do PTB, carrega nas costas um elemento do PSD e apóia uma ala da UDN, que dirigiu veementes ataques ao Sr. Getulio Vargas. Os dirigentes do PTB só se preocupam em servir o Sr. M. Lupion, indiferentes ao sentimento de moralidade política. O PTB colocou-se a disposição da política do rico, que tenta comprar a opinião dos pobres que não se per-

⁴⁸ Transigindo com a ditadura. **Diário da Tarde**, Curitiba, 04 nov 1946. p. 1.

⁴⁹ BARROZO, Roberto. Espanando cadeiras. **Diário da Tarde**, Curitiba, 04 nov 1946. p. 1.

cebem deste ultraje; deixando-se levar à epidemia do ouro, se vendendo a políticos profissionais.⁵⁰

Nestes tempos de jogo eleitoral, a imprensa não deixou de registrar que

Para conseguir o apoio dos católicos paranaense, o sr. Moisés Lupion, protestante praticante, ofereceu um vagão de madeira a uma igreja da cidade de Castro. Só nas vésperas da eleição, em que aparecerá como candidato, se lembrou o poderoso industrial, na sua pródiga distribuição de bens materiais. Deveria fazer o mesmo com outras instituições de assistência social.⁵¹

No todo, a intervenção de Vargas teve conseqüências.

Conforme noticiaram os jornais do Sr. Moisés Lupion, a convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, secção Paraná se realizou ontem. (...) Notaram-se a presença de pouca gente, mais ou menos 500 pessoas no total. (...) Com a presença de poucos populares e convencionaes, o Sr. Maximino Zanon abriu a sessão. A seguir o Sr. Leonel Prado Martins leu mensagem telegráfica do senador Getúlio Vargas aos "marmiteiros"⁵² do Paraná, lendo em seguida o nome dos candidatos escolhidos a deputados do Paraná: José J. Bertoni, Lúcio de Freitas, José Dario, Julio da R. Xavier, etc. O sr. João Tavares Santana, apresentou na convenção o nome do Sr. Maximiro Zanon para suplente de senador. O sr. Abilon de Souza Naves [Presidente da Comissão Estadual do PTB] murmura baixinho, o nome do Sr. Moisés Lupion de Troya. Falaram vários oradores e a sessão terminou com a mesma falta de animação e desinteresse. Durante o decorrer dos trabalhos, circulou folhetim com os seguintes dizeres. "Judas vendeu Cristo por 30 dinheiros". "Quanto queres tu, falso Udenista, para vender a UDN ao Sr. Moisés Lupion?"⁵³

O jornalista petebista não deixa de registrar que

⁵⁰ BARROZO, Roberto. Política do rico contra o pobre. **Diário da Tarde**, Curitiba, 05 nov 1946. p. 1.

⁵¹ O Sr. Moisés Lupion pretende captar o apoio dos católicos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 06 nov. 1946. p. 5.

⁵² Termo usado para definir fato político nacional. "A mentira do marmiteiro, isto é, a intriga organizada contra o adversário, a exploração da luta do rico contra o pobre, calando fundo no meio dos humildes, especialmente nos trabalhadores rurais". In: **Terão roupa? Diário da Tarde**, Curitiba, 01 mar. 1946.

⁵³ A convenção do PTB constituiu verdadeiro fracasso. **Diário da Tarde**, 06 nov 1946. p. 1.

Lupion não recebeu o apoio esperado na sociedade Duque de Caxias. Não foi carregado em triunfo pela massa delirante. O Dr. Alô Guimarães não conseguiu esconder sua decepção com o não comparecimento, em massa, do proletariado e de outras classes trabalhadoras. O povo, observando o aviltamento político que tortura nosso estado, pela conduta de seus homens responsáveis, marcou aquela reunião com seu soberano e altivo desprezo. A população iluminada pelo despontar da democracia não pactuou com a farsa e sustentada pelo industrial Moisés Lupion. A reação popular foi grandiosa e exemplar pois soube assim repelir o mando de Fernando Flores e fazer imergir, no vácuo da amargura O Triste Crepúsculo do Deus Pagão.⁵⁴

Homens ilustres perdem a razão devido a sua irrefreável paixão e teimosa partidária. Só chegam a reconhecer o erro quando despertados pelo insucesso. Estão nessas condições os promotores da suposta convenção do PSD. Supomos inclusive uma doença grave e contagiosa, que deturpa a clareza das coisas e do raciocínio, enfraquecendo a inteligência. Esta convenção de PSD é contrária aos estatutos do partido e não conta com o apoio da comissão executiva, que é a cabeça condutora do partido. "Os partidos políticos são associações civis que pela constituição e registro adquirem personalidade jurídica". Portanto, pretender-se legitimidade de atos fora dos preceitos estatutários será desconhecer o valor jurídico do estatuto. Somente a Comissão Executiva poderia convocar a Convenção Estadual do Partido. Dessa forma, os convencidos que hoje se reúnem é puro ajuntamento de graciosa conversa. Os convencionais são apenas convocados de si mesmos, sem forma legal de reunião e sem poder para decidir⁵⁵.

Era atribuição exclusiva das Comissões Executivas Estaduais do partidos políticos o registro do candidato a governador. Este foi o parecer de Nestor Massena e o PSD não registraria o nome de Moisés Lupion. Consultado sobre as atribuições das Comissões Executivas, assim se expressou:

1º Quanto ao caráter secreto do voto. O voto deve ser secreto de acordo com os artigos 38, 43 e 133, afim de que o sufrágio seja isento da suspeita de qualquer coação por parte de forças capazes de constranger o votante a manifestar sua preferência.

⁵⁴ BARROZO, Roberto. Crepúsculo do Deus pagão. **Diário da Tarde**, Curitiba, 06 nov 1946. p. 1.

⁵⁵ BARROZO, Roberto. Convocados de si mesmos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 7 nov 1946. p. 1

2º Quanto a validade da procuração conter a indicação de nome a ser votado na Convenção. Não tenho dúvidas em afirmar a ineficiência da procuração citada, que considero não existente.

3º A procuração que credencia o delegado à Convenção deve ser, necessariamente, certidão ou cópia autenticada da data de reunião em que teve sua escolha, ou pode ser, apenas, procuração passada pelo Diretório, ou seu presidente? Evidentemente, em um, ou em outro caso é mister que a outorga do mandato se faça pela maioria do diretório, não sendo válido esse mandato se conferido pela minoria ou exclusivamente pelo seu presidente.

4º Qual a autoridade competente para examinar as credenciais dos representantes dos Diretórios Municipais à convenção estadual do PSD? Pelos estatutos do PSD essa competência é da comissão executiva estadual, a quem cabe reconhecer os diretórios municipais, resolver os casos omissos. Goza de plena autonomia para decidir as questões de interesse político do estado.

5º Sobre a escolha de candidato ao governo do Estado, como se faz o registro de diretório municipal no tribunal regional para se lhe assegurar completa validade? Segundo o art. 37, do regimento interno dos tribunais regionais eleitorais somente poderão ser registrados os diretórios estaduais aprovados pelo diretório central do partido, os diretórios municipais só podem ser registrados pelas comissões executivas estaduais, até que só a elas compete aprova-los, ou não. Os prazos para esse registro não foram fixados, portanto, pode ser realizado a qualquer momento, desde que requerido por quem tem competência. Para tal o registro de partidos e dos seus candidatos devem ser feitos pelos respectivos delegados desde que tenham para isso poderes expressos das comissões executivas que os credenciou com a sua representação.⁵⁶

O segundo registro é a Mensagem encaminhada pelo governador à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de 1948 e dois discursos proferidos na ocasião da emancipação política de alguns municípios paranaenses, em 1947 uma estratégia associada à criação de diretórios municipais do PSD. Nessa época o acordo interpartidário fora rompido e a UDN assumira seu papel de oposição. Lupion aparentemente governa livremente, mas para isso o discurso é formalizado.

O que se tem durante a década? Uma das facetas do personalismo identificada a partir da análise do discurso é a presença de *juízo ético de valor* nos discursos políticos, isto é, o dever ser, aquele, segundo Marilena Chauí, dos sentimentos, atos e comportamentos.

⁵⁶ É atribuição exclusiva. *Diário da Tarde*, Curitiba, 08 nov 1946. p. 1

No resgate desse discurso de governo, o âmago da mensagem pode, de forma sintética, ser assim colocado: O governador considera que seu governo é um exercício do **ato**, que se realiza por meio da **ação planificada**. Por suposto, o ato é resultado da **moral social** (fim) com a qual Lupion governava e visualizava o **progresso** paranaense (grifos meus). A oposição aos seus atos, feita pela UDN, não deve preocupar o homem engajado no progresso, pois aos divergentes deve "repetir-lhes a acusação: "Consciências inquietas respeitai as consciências tranqüilas". E adverte-os: "o povo não quer ser enganado". Nas palavras da Mensagem, a ação planificada poderá ser observada pelo olhar atento do homem moderno, "homens que, como eu, estão empenhados nesta grande batalha da construção de um Paraná maior" e num ensaio único realizar a grande obra do dever-ser.⁵⁷

É preciso então entender a relação entre personalismo, desenvolvimento e comunidade.

No "Discurso proferido por Moisés Lupion, governador do Paraná, no dia 17 out 1947, no Palácio Rio Branco, em Curitiba, para a instalação de novos 23 municípios" (Veiga, 1999:105) evidencia-se "um vivo sinal do mais nobre sentimento paranista", "sinal de Um Novo Paraná!", "porque em seu seio se anima um movimento de grandeza e de progresso que os fez crescer [os municípios] até a independência; porque os seus homens estão cheios de espírito de fazer a grandeza de sua terra, e é a sua ação dominada do sentido público mais profundo (...)"⁵⁸. Esse sentimento municipalista é uma das formas mais objetivas de civismo" [e] "revelação de que Um Novo Paraná começa como uma nova aurora" (...) "um marco do Novo Paraná que principia, a idade nova de nossa terra".

À emancipação administrativa desses municípios associavam-se outros compromissos

Já disseram os liberais de 1868: "Explicamos praticamente ao povo a liberdade pela descentralização, e despertemos bem vivo na consciência do homem o sentimento da sua independência". [Vê-se agora] que sois educadores do sentido cívico dos homens. E, como, naqueles comícios em que assim me aparecestes, não foram vozes isoladas, mas os que falaram eram antes interpretes de um sentimento geral, vejo que a idade

⁵⁷ CODATO, Evadir. Apontamentos sobre o personalismo paranaense. **Diálogos**, Maringá, v. 3, 1999, p. 257.

⁵⁸ São criados Abatia, de Araiporanga, de Bela Vista do Paraíso, de Cambé, de Cinzas, de Campo Mourão, de Curiúva, de Guaraqueçaba, de Guaratuba, de Ibaiti, de Ibiporã, de Jataizinho, de Mandaguari, de Porecatu, de Porto Amazonas, de Quatiguá, de Rio Branco do Sul, de Ribeirão do Pinhal, de Santa Mariana, de Timoneira e de Uraí.

nova é a dos homens públicos que podem refletir a opinião coletiva e é a da efetiva participação democrática de todos na vida cívica do Estado. Há, de certo, os que ainda crêem que se iniciou um novo Paraná. Há, ainda, os que aspiram o exercício do governo para tê-lo como o gozo de um privilégio; há os que julgam que a oposição ainda tem clima para se alimentar da demagogia e de intrigas. Não percebem que passou o momento das "baixas astúcias da política ladina e arteira". Eles, porém, são poucos e cada vez menos. (...) De nossa parte, - sabemos que esse grande espírito do Paraná novo que principia, (...) necessita da colaboração das consciências tranqüilas, das inteligências claras, das vontades disciplinadas. [Necessita também] da "serenidade para a justiça, e a força de uma vontade tenaz e inquebrantável, de modo a sermos dignos dessa grande responsabilidade que temos sobre os ombros". [A] "criação empolgante deste sonhado Paraná Maior!"

O "Discurso proferido por João Teophilo Gomy Junior, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, no dia 17 outubro 1947, no Palácio Rio Branco, em Curitiba, para a instalação de novos 23 municípios"⁵⁹, por outro lado, insiste no valor da natureza

A feracidade do seu solo inigualável na face da terra, retribuindo generosamente àqueles que lidam com ele, atraindo a admiração de todos os que se interessam pelo trabalho e pela produção; a sua natureza pródiga; os seus rios caudalosos e em grande número; os seus campos virentes; as suas florestas maravilhosas; as suas cachoeiras que lhe fornecem um potencial de energias prodigiosas; o seu clima para todas as longitudes; o incessante labutar dos que nele habitam; tudo isso concorreu para torna-lo grande aos olhos dos que se voltam para ele.

Veja-se que o valor da comunidade para o desenvolvimento fica clara na afirmação,

O Paraná é bem uma colméia de abelhas, infatigáveis no afã de progredir incessantemente. O "Norte" do Estado, parece que foi descoberto ainda "ontem"; e já hoje as suas comunas multiplicam-se em novas colméias. O fenômeno de desenvolvimento e de progresso naquela zona paranaense é indescritível e impressionante. (...) Eram 57 Municípios que compunham o Estado (...) ascendem agora a 80, com os 23 recentemente criados".

Porém, é importante registrar que nesse discurso a comunidade faz o papel do diretório político sob a liderança do PSD.

⁵⁹ VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999. p. 110-111.

O terceiro registro é bibliográfico. Fala-se aqui da sempre presente força oposicionista e do papel dela no jogo político.

Maria Cristina Colnaghi comenta que, em decorrência das ambições pessedistas de Lupion e do não cumprimento do acordo partidário de 1946, as forças políticas aglutinaram-se em torno do seu opositor, Bento Munhoz da Rocha Netto, do Partido Republicano – PR, eleito governador em 1950⁶⁰. Ao se referir ao sudoeste, diz que

O poder político regional estava dividido entre dois grupos aparentemente antagônicos, mas que na realidade não o eram, haja vista os reais interesses em jogo na disputa. Por um lado o PTB, liderado pelo deputado Antonio Anibelli e, por outro, o PSD, sob o comando do deputado Cândido Machado de Oliveira Neto. Tratava-se, no entanto, de uma mesma família, os Martins, dividindo o comando político regional. Os dois deputados eram concunhados e tutelados pelo sogro Manoel Martins, um autêntico "coronel do sertão", que ganhara respeito no desbravamento da região de Clevelândia.

Comentava-se na época que a cisão política no seio da família Martins decorria de uma hábil manobra, destinada a impedir que na região florescessem outras siglas partidárias.⁶¹

A criação dos municípios naquela região, com intenção política e a atuação da CITLA, ligada ao PSD, estimularam a UDN a atuar na região "através da Companhia Pinhos & Terras Ltda, do Grupo Dalcanalle, liberando-se das duas correntes majoritárias. O PTB, por sua vez, contava com o apoio da CANGO. Tal vínculo originava-se na esfera federal, onde tradicionalmente o Ministério da Agricultura ficava com o PTB"⁶².

Chama a atenção na bibliografia corrente a referência ao caos administrativo resultado de conflito de interesses entre União, Estado, companhias de colonização e morosidade do aparelho judiciário.

"Este caos administrativo alimentado por interesses político-partidários, facilitou a ação das companhias, concorrendo para o desenvolvimento de um espaço de violência e exploração camponesa na região que culminará com o movimento camponês regional de outubro de 1957"⁶³.

⁶⁰ COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 7-23.

⁶¹ *Idem*, p. 11.

⁶² *Idem*, p. 12.

⁶³ *Idem*, p. 8.

Colnaghi resgata parte desse jogo na região sudoeste ao analisar o processo político do sudoeste entre 1945-62, que considera estar relacionado ao quadro político-partidário e à conseqüente correlação de forças dentro das respectivas conjunturas políticas. Para ela, as análises da conjuntura políticas e dos mecanismos de poder e dominação dependem da articulação PSD-PTB, no jogo político, em nível nacional e regional.

O grupo da família Lupion, dedicado à extração, beneficiamento e exportação da madeira interessou-se pela região sudoeste e ali fixou a empresa Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA - justamente em terras de litígio, as Glebas Missões e Chopim. Nestas circunstâncias de instabilidade não é demais dizer que o entendimento para os interessados na terra era de que a tendência da situação seria o aumento do conflito que, de fato, acontece em 1957.

A difusão da "democratização da propriedade rural" concorreu para o afluxo da corrente migratória que em menos de duas décadas produziu uma espetacular explosão demográfica na região. Em conseqüência, aumentava o interesse político do controle eleitoral dessas populações. Para os petebistas e udenistas era muito perigoso o fato de ser a região colonizada pela CITLA, uma companhia ligada ao PSD.

Com efeito, a criação dos municípios do Sudoeste do Paraná visou, acima de tudo, ocupar política e administrativamente as contenciosas glebas de terras. À medida que se intensificava a radicalização política frente à ocupação das terras do Sudoeste, cada qual buscou base institucional regional para seus interesses político-eleitorais.

A UDN entra na região no início da década de 50, através da Companhia Pinhos & Terras Ltda., do Grupo Dalcanalle, liberando-se das duas correntes majoritárias. O PTB, por sua vez, contava com o apoio da CANGO. Tal vínculo originava-se na esfera federal, onde tradicionalmente o Ministério da Agricultura ficava com o PTB.⁶⁴

Para a autora, a disputa partidária movida por interesses econômicos e políticos manifestaram-se na luta pela terra. "Os que estavam de um lado (PSD) procuravam se manter porque tinham escrituras "registradas", tinham somas enormes empregadas. Os que estavam de outro (PTB-UDN) queriam a anulação a qualquer preço, porque assim atenderiam às reivindicações dos colonos e aumentariam suas chances eleitorais"⁶⁵.

O entendimento entre UDN-PTB será decisivo no embate com o PSD de Lupion: Antonio Anibelli (PTB) na Assembléia Legislativa inicia

⁶⁴ *Idem*, p. 12.

⁶⁵ *Idem*, p. 15.

as denúncias, que também serão feitas na Câmara Federal por Newton Carneiro (PTB) e Carlos Lacerda (UDN), e, no Senado por Othon Mäder (UDN). A repercussão em jornais e nas tribunas deixou a executiva nacional do PSD em situação de fragilidade, só resolvida por meio do expediente da intervenção branda.

Não obstante a exploração política do conflito direto entre colonos e companhias colonizadoras, convém lembrar, no entanto, que a interferência explícita de grupos aliados, de ambos os lados, se dá no clímax da luta e não na emergência das estratégias de resistência dos colonos. Essas estratégias se desenvolveram no interior do processo de luta pela terra, resultantes da emergência da organização coletiva em torno de interesses comuns. Isso só foi possível pela existência de um contexto de perda de eficácia dos mecanismos políticos de dominação/subordinação de classe, tornando as contradições mais explícitas e desenvolvendo a solidariedade interna entre os camponeses do Sudoeste do Paraná. Em outras palavras, o que se quer enfatizar é que foi justamente a emergência da organização coletiva dos camponeses que transformou a disputa política latente em conflito político manifesto.⁶⁶

De fato, o passo seguinte de JK foi optar pela "intervenção mascarada do Exército em Francisco Beltrão", para não prejudicar o PSD e Lupion. Feita a expulsão das companhias de colonização, no entanto, não houve benefícios para os colonos, senão somente depois de finalizado os governos de JK e Lupion.

"As forças que eram oposições em 1957 tornaram-se governo nas eleições de 1960, tanto em nível estadual como federal. Novamente a campanha eleitoral no Sudoeste foi calcada na solução do problema fundiário, tendo sido prometido aos colonos o respeito às suas posses". Para isso assumiu-se o compromisso da votação em Jânio Quadros e Ney Braga⁶⁷.

Considerando as estratégias que antecederam o golpe de 1964 chama a atenção a ação do GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná para resolver a desapropriação, conciliar União e Estado e promover a colonização. Esse órgão estava ligado ao Gabinete Militar da Presidência da República sob a coordenação de um representante do Conselho de Segurança Nacional e com ele, estabeleceu vínculos com a propriedade da terra.

⁶⁶ *Idem*, p. 17.

⁶⁷ *Idem*, p. 18.

A autora considera que no processo de ocupação do sudoeste houve conflito hegemônico entre grupos de poder, sobretudo PSD e PTB:

O que efetivamente estava em jogo eram grandes interesses econômicos e políticos manifestos na região, por um lado, na transformação da terra em mercadoria e, por outro, no vínculo que unia o governador do estado ao grupo econômico proprietário das companhias imobiliárias que operavam na área de Missões e Chopim. Este vínculo, ao mesmo tempo em que evidenciava a submissão da ordem pública à ordem privada, ou ainda, o exercício político do capital, selava grandes interesses econômicos e políticos contrários às reivindicações imediatas dos camponeses do Sudoeste do Paraná.⁶⁸

Não somente PSD e PTB têm participação significativa na crise de poder que atingiu todo o estado. Também a UDN com seu plano nacional de "oposição sistemática" ao PSD e, por extensão a Getúlio e Lúcio, atuou nesse sentido quando, para efetivar aquela estratégia política criam-se diretório municipal em Curitiba, Ponta Grossa e Londrina e organizam-se para indicarem quadros nas disputas eleitorais.

4. A Figura e a Sua Imagem

Uma terceira linha de indagação deve ser dirigida ao conflito. Como explicar as denúncias de corrupção? O que elas indicam? De fato a denúncia de corrupção mobiliza todas as bases de sustentação de poder e por consequência as bases ou o ordenamento da institucionalização do poder. Como explicar a relação do personalista político com a institucionalização do poder de Estado? Qual interesse de classe ou de segmento político ou econômico está em jogo quando se faz a denúncia de corrupção? Para responder a isso utiliza-se dos matutinos. A análise da denúncia é feita a partir das campanhas eleitorais veiculadas nas reportagens dos jornais da capital.

A institucionalização da participação política torna-se frágil diante do político personalista. A cultura política do poder personalizado sobrepõe-se à representação partidária e contrapõe-se à democracia. Tem sido comum na política o uso dos meios não éticos para justificar a permanência de um grupo no poder. Assim sendo, a corrupção é parte do silogismo e torna-se clara a associação da figura política com a imagem que dela se cria.

⁶⁸ *Idem*, p. 19.

É importante lembrar-se do papel e interferência de Vargas na institucionalização do poder, articulando em 1945 com a criação do PSD e do PTB, quando ele "aparece como árbitro em meio à crise do poder, com seu governo flutuando acima dos interesses das classes sociais"⁶⁹.

A função da representação personalista é tão somente a de propiciar as bases da institucionalização do poder de estado. Weffort indica isso ao citar a participação de Vargas na formação do Estado brasileiro. Com a agilidade que teve para exercer o poder, não é exagero dizer que ele promoveu os fundamentos de grandes instituições brasileiras.

Qual terá sido o papel dos políticos que não tendo a mesma força de Vargas tiveram que conviver com as mazelas dos desentendimentos? De qual desentendimento se fala? Daquele que justifica a luta pelo poder. Fundamentada no conflito permanente e na articulação necessária para disputar as eleições, a linguagem dos políticos é a mesma daquela da mídia. Respiram o mesmo ar nos espaços públicos. Até parece que em 1946 falam-se nos jornais das mesmas mazelas e denúncias presentes no ano de 2000. Insistentemente na história da política brasileira, o eleitor ou o cidadão têm manifestado sua intenção no voto. Passada a eleição, o político reassume a defesa de seus interesses e retoma sua postura política, seja ela de oposição ou não. Já se disse até que, às vezes "o eleitor vota certo, os políticos que desarrumam depois". O que se tem então é a imagem cristalina de um político.

O que se registrou aqui sobre o personalismo político de Moises Lupion mostra que seu discurso político fundamenta-se em princípios éticos. As denúncias de corrupção no governo Lupion, característica do desentendimento político, torna-se entre outras coisas, no entanto, a garantia da institucionalização da participação política, por meio da criação e sustentação de outros partidos. Porém, o que se pode conjecturar é que a corrupção colocou em risco o regime republicano nos anos sessenta. Os argumentos do pressuposto merecem atenção redobrada.

Qual tipo de apoio que reconduz Lupion ao cargo de governador, em 1955? É importante esclarecer esse retorno. O que de fato ocorre? Pode-se dizer que se juntam os interesses agrários e políticos? Trata-se da garantia da legitimação da propriedade da terra e de estratégias de institucionalização da participação política, via instalação de diretórios municipais? Tanto num, como noutro há avanços e recuos; traições e acordos;

⁶⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Origens e evolução do PTB. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 95-116, out. 1978, p. 104 *apud* COLNAGHI, 1991.

polêmica e desentendimento. Há que se reconhecer os interesses do setor agrário produtivo e outros dos grandes especuladores da terra. Há a instalação de diretórios municipais e denúncias de corrupção. No cômputo geral há que se perguntar, qual o papel dos segmentos sociais em ascensão na articulação de poder? Em São Paulo, os otimistas acalentaram a justiça e a capacidade de trabalho na campanha de Jânio Quadros. A campanha de Lupion tem uma tonalidade de otimismo? Qual sua relação com os eleitores? De certo modo, o expediente das denúncias de corrupção que aproximam certos líderes personalistas, do tipo, "rouba, mas faz", precisa ser esclarecido, caso a caso, para que não seja generalizado o tipo ou mesmo para que seja identificado o favorecimento a alguma classe social e traição à outra. De concreto tem-se que a aglutinação de forças contra Lupion em 1950 não teve repercussão na campanha de 1955. A força nacional do seu partido esclarece em parte a questão. De outro, o relato e a linguagem jornalística presente nos matutinos curitibanos sobre a campanha de 1954 merecem ser resgatados. Mas no todo, a relação entre personalismo político e recriação do paranismo podem indicar quais hábitos injustificáveis sob o ponto de vista do comportamento político sobreviveram à indiferença do eleitor e quais outras formas de resistência aparecem quando se fala em institucionalização da participação política. O poder está centralizado? Alguns segmentos estabelecem a defesa em torno da seguinte questão: não só a democracia deve ser a tônica do discurso, mas também o sentimento de moralidade. Assiste-se, no entanto, somente no final do século que, ainda se busca pela democracia e que aparentemente pouco se faz para prevaleçam comportamentos mais éticos, sob o ponto de vista da moralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. Historiografia: uma revisão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 307-312, jul./dez. 1995.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Origens e evolução do PTB. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 95-116, out. 1978. p. 104.
- BURKE, Peter. Desafios de uma história polifônica. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 out. 2000. Mais!, p. 18.
- CODATO, Evandir. **PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950**. São Paulo: USP, 1991. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.
- _____. Apontamentos sobre o personalismo paranaense. **Diálogos**, Maringá, v. 3, 1999.
- COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. In PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 7-23.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. O silogismo da corrupção. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 2000. Mais!, p. 22-3.
- SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região: discursos e representações do Paraná**. [s.i.].
- DENIPOTI, Cláudio & ARRUDA, Gilmar (orgs). **Cultura & Cidadania**. Anpuh-PR, v. 1, 1996, p. 293-323.
- VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999. p. 105-111.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

RESUMO

Personalismo Político nos Anos Cinquenta

Indaga-se sobre a relação entre a institucionalização da participação política vinculada à criação dos partidos políticos nacionais e o personalismo político ligado à idéia de líder carismático, no contexto da política paranaense de fins dos anos quarenta e meados dos anos cinquenta. Destaca-se o jogo político partidário onde se usa do expediente da denúncia de corrupção e do envolvimento de segmentos agrários que reivindicam o direito à legitimação da propriedade da terra. O conflito entre aqueles grupos favoreceu a articulação político-militar, que colocou em xeque a república brasileira, na década posterior. Para tipificar as características do personalista político usa-se a técnica de análise do discurso nos editoriais e noticiário dos matutinos curitibanos e nas mensagens de governo encaminhadas à Assembléia Legislativa do Estado.

Palavras-chaves: Política paranaense nos anos cinquenta; Institucionalização da participação política; Personalismo político de Moisés Lupion; Campanha eleitoral e denúncias de corrupção.

ABSTRACT

Political Personalism in the Fifties

It is enquired into the relationship among the institutionalization of the political participation related to the creation of the national political parties and the political personalism linked to the idea of charismatic leader, in the context of the politics in Paraná in the late forties and middle fifties. The political –party game is stood out, where it is used the issue of the corruption exposure and the involvement of the agrarian segments that demand the right to legitimate the land property. The conflict among those groups favoured the political-military articulation that put in check the Brazilian republic, in the following decade. The technique of the discourse analysis in the editorials and morning news from Curitiba and the government messages addressed to the Legislative Assembly of the State is used to typify the characteristics of the political personalist.

Key-words: Politics in Paraná in the fifties; Institutionalization of the political participation; Moisés Lupion's political personalism; Election campaign and corruption exposure.